

**PROJETO ESCOLA DA TERRA:
Formação e vivências de escolas multisseriadas no Estado de Alagoas**

Claudia Maria de Lima

Reinaldo Sousa

Gleica Maria Correia Martins

(Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL)

(claudia.limaufupe@gmail.com; reinaldo@uneal.edu.br;gleicamaria@hotmail.com)

Resumo

O projeto de extensão Escola da Terra, desenvolvido pela Universidade Federal de Alagoas, foi um curso de aperfeiçoamento para professores das séries multisseriadas da rede estadual e municipal de Alagoas. Objetivou estudar a Educação do Campo no território alagoano, com o intuito de valorizar os vínculos com a terra e fomentar a reprodução sociocultural articulado com as áreas do conhecimento, para isso foi trabalhado: conceitos de educação do campo, territórios; interesses e perspectivas globais e locais para a educação do campo; representação social dos sujeitos do campo, povos indígenas e quilombolas no século XXI; influência da cultura de massa nas comunidades camponesas e seu desdobramento na educação, etnomatemática e linguagens. Todas essas atividades foram realizadas na metodologia da Alternância Pedagógica, composta por 120 horas de Tempo-Universidade e 60 horas de Tempo-Comunidade desenvolvida em período de 10 meses com docentes de 08 municípios. Como projeto-piloto, acreditamos, o objetivo foi alcançado e revelou as forças e fragilidades dos sistemas envolvidos.

Palavras chaves: Território. Educação do campo. Marco Legal. Cultura. Identidade.

Resumen

El proyecto de extensión Escuela de la Tierra, desarrollado por la Universidad Federal de Alagoas, fue un curso de actualización para profesores de la red multigrado municipal y estatal. Tuvo como objetivo estudiar el campo de la educación en el territorio de Alagoas, con el fin de mejorar los vínculos con la tierra y fomentar la reproducción sociocultural articulado con las áreas de conocimiento, para esto se trabajó: los conceptos de educación del campo, territorios; intereses y perspectivas globales y locales para la educación del campo; la representación social de los actores del campo, los pueblos indígenas y cimarrones en el siglo XXI; influencia de la cultura de masas en las comunidades rurales y su impacto en la educación, la etnomatemática y lenguas. Todas estas actividades se llevaron a cabo en la metodología de la Alternancia, que consta de 120 horas de tiempo-Universidad y 60 horas de tiempo-comunidad, que se desarrolló en 10 meses con los maestros de 08 municipios. Como proyecto piloto, creemos, se logró el objetivo, dejando al descubierto los puntos fuertes y débiles de los sistemas involucrados.

Palabras clave: Territorio. Educación del campo. Marco legal. Cultura. Identidad.

Introdução

Consideramos importante, antes mesmo de adentrarmos no mérito do projeto de extensão Escola da Terra, explicar um pouco sobre o universo da Extensão Universitária. O Fórum de pró-Reitores de Extensão – FORPROEX apresentou nos seus XXVII e XXVIII encontros nacionais que a Extensão Universitária, “[...] sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2009, p. 41).

Nesta perspectiva, a Extensão Universitária é apresentada como uma continuidade, ou extensão de fato, da sociedade em que está inserida. Ou seja, seu escopo é de um “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage” (FORPROEX, 2009).

Foi definido, também, que a extensão buscará, para uma efetiva implementação de suas ações, atender às seguintes diretrizes (Nogueira apud FORPROEX, 2009, p. 46):

- a) Interação dialógica;
- b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
- c) Indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão;
- d) Impacto na formação do estudante;
- e) Impacto e transformação social.

Em síntese, a política nacional de extensão universitária, proposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, busca ampliar a visão da extensão como categoria mais ampla e contemple não somente as ações universitárias que se caracterizam como tal, mas que seja vista como uma ação efetiva de ligação entre a academia e a sociedade em geral.

Educação do Campo

Abordar a educação do campo no Brasil e especificamente no Estado de Alagoas nos remete de imediato a pensar o campesino como sujeito transformador de si e do espaço em que vive. Sabemos que o Estado ainda não conseguiu efetivar respostas satisfatórias ao problema educacional principalmente em referência ao campo, onde emerge vários

desafios. Antes de tudo, faz-se necessário o Estado inverter a lógica de atendimento. Quem são os sujeitos? Quais são as demandas? A lógica atual foca a partir do urbano para o campo, impondo currículos, didáticas, livros que não remetem suas realidades cotidianas, persistindo na negação freireana de uma educação libertadora, de currículo crítico e humanização dos sujeitos, tendo a si e o seu meio como referencial para o seu aprendizado e consciência crítica, superando a opressão e o determinismo, sendo ele próprio o construtor do seu conhecimento, valorizando a cultura popular.

Contexto histórico da educação do campo

A educação do campo, enquanto movimento, nasce no contexto das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, na busca por uma política educacional para todos os assentados da reforma agrária (Fernandes apud BRASIL, 2015, p. 72). Nesta perspectiva, o campo é concebido como espaço de produção e de existência social (BRASIL, 2015).

Já a expressão *Educação do Campo* pode ser datada,

“[...] nasce como *Educação Básica do Campo* no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada *Educação do Campo* a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 (CALDART, 2012, p. 260).

Assim,

[...] a concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação [...] se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital (MOLINA, 2012, p. 326-327).

Nesse sentido, pode-se dizer que a ideia de educação do campo nasce atrelada à ideia de camponês, de cultura identitária com o campo e a terra e deve “[...] representar o sujeito (coletivo) da Educação do Campo, ainda que no concreto real os *sujeitos trabalhadores do campo* sejam diversos e nem todos caibam no conceito estrito de trabalhadores camponeses” (CALDART, 2012, p. 15).

Ela está, intrinsecamente, atrelada com a “[...] cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social (Kolling, Cerioli e Caldart apud CALDART, 2012 p. 260).

No plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos (CALDART, 2012 p.265).

Essa educação nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações. Objetiva intervir nas políticas de educação para atender aos interesses sociais das comunidades camponesas. Nesse sentido, não abre mão do fortalecimento identitário em relação às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses, além da ideia de classe (CALDART, 2012). Assim,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Breitenbach 2011 apud BRASIL, 2015).

A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, possui algumas características que devem ser ressaltadas para que se possa identificar sua “consciência de mudança”:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo

de vida. A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde a sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhes importa, e é mais ampla do que a pedagogia. A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta. A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que *não deve ser o Estado o educador do povo*). Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva (CALDART, 2012, p. 263-264).

Enfim, a educação do campo deve defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive como argumenta Brasil (2015). Deve partir da sua realidade, do lugar onde pisa, da sua realidade. Ou seja, não pode se descolar do movimento específico da realidade que a produziu (CALDART, 2012).

Metodologia

Foram trabalhados 06 eixos temáticos específicos, formalizando os saberes instituídos através da alternância que permitiu alcance prático e teórico, sendo eles: I. Princípios e Fundamentos da Educação do Campo; II. Linguagens e práticas de letramento na Educação do Campo; III. Território, interculturalidade, e identidade camponesa; IV. Agricultura familiar, relacionamento sustentável e economia solidária; V. Cartografia, corporeidade e cultura ecológica; VI. Práxis de educação lógico-matemática para o trabalho e a vida no campo. Daí nossa base formadora, discursiva e prático-metodológica.

A primeira ação formadora aconteceu em 05 de novembro de 2015, com o I Seminário Escola da Terra, que trouxe o tema: “Território e Luta camponesa: o lugar da educação do campo e da formação de professores”, com a participação dos doutores Paulo Scarim, da Universidade Federal do Espírito Santo e Ciro Bezerra, da Universidade Federal de Alagoas. Com participação da Undime, Fórum Estadual Permanente de

Educação do Campo, Quilombolas, Tutores e docentes cursistas. Na abertura do curso, representantes dos Movimentos Sociais do Campo somaram conosco.

Logo após essa ação formadora, houve no horário da tarde uma roda de conversa com o prof. Dr Paulo Scarim, juntamente com a equipe do Projeto Escola da Terra do Estado de Alagoas, para uma apropriação de como foi o desenvolvimento da Educação do Campo promovida pela Universidade Federal do Espírito Santo. Como este projeto, é um projeto piloto, precisávamos debater como seria a construção do mesmo em Alagoas. Nessa perspectiva, elucidamos que teríamos que abordar metodologias diferenciadas até porque, diagnosticamos que vivemos em um Estado territorialmente, socialmente e culturalmente diferente do Espírito Santo, por isso teríamos que ter uma visão diferenciada da proposta debatida na roda de conversa pelo Prof. Dr Paulo Scarim. Suas informações contribuíram muito para nosso aprendizado, enriquecimento e viabilidade do projeto em Alagoas.

O vínculo entre educação do campo e o ethos campesino com foco na Região Nordeste e na produção do ideário do campo em Alagoas, levando em conta o fortalecimento da escola multisseriadas, que perpassou os seis eixos com a investidura na percepção do sujeito no território, agregando economia e ecologia, matemática, linguagem e marco regulatório formal, nos fizeram perceber que os tutores selecionados pelos municípios careciam um reforço na formação, no intuito de garantir a qualidade dialógica entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

Assim, em janeiro de 2016 a formação presencial com os tutores, direcionou o primeiro contato e devolutiva do Tempo Comunidade, com elaboração de trabalho etnográfico que enriqueceu todos os olhares.

A proposta de valorização territorial como práxis pedagógica, norteou a formação, e seguindo essa perspectiva que vem para auxiliar o professor na sua prática educativa, onde a pedagogia é construída no cotidiano da escola, vivenciando a metodologia participativa, tornando-a mais próxima da realidade das comunidades do campo, ajudando a criar um sentimento de pertencimento e observando a riqueza que o campo oferece para nosso conhecimento, o Estado de Alagoas através da Secretaria Estadual de Educação, abraçou a proposta, tendo a UFAL como instituição formadora, proporcionando à Educação Escolar do Campo novas perspectivas pedagógicas, didáticas, desenvolvendo práticas inclusivas, valorizando a diversidade humana e dos ecossistemas naturais, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural, ensejando a criatividade

dos tutores, cursistas que atuam na ponta com os estudantes camponeses e quilombolas de variadas idades atendendo a partir dos anos iniciais ao Ensino Fundamental em classes multisseriadas.

De acordo com Vendramine, um dos mais importantes desafios educacionais do campo, tem sido a relação entre a educação, à escola e o ensino com a produção material da vida. Ou seja, a possibilidade de articular não apenas as lutas por escola, por crédito, por transporte, por saúde, como reivindicação, mas também de estabelecer conexões nas formas de produzir, de se organizar, de lutar e de educar/formar/ensinar a sua base, como forma de se produzir transformações substanciais na própria existência humana desses sujeitos (VENDRAMINE, 2011, p.87).

Uma contribuição visivelmente significativa do projeto Escola da Terra para os docentes cursistas foi a aproximação destes com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo e legislações estaduais que contemplam o direito dos povos do campo à educação e o fortalecimento da Escola Multisseriada, através da possibilidade de nucleação.

Discussões

A linguagem foi trabalhada com a perspectiva de contribuir para o fortalecimento da educação do campo e quilombola e suas contribuições históricas e culturais, de modo a favorecer o conhecimento linguístico e a desconstrução de um modelo hegemônico de ensino normativista que favorece a norma gramatical padrão e não valoriza as diversas manifestações de linguagens presentes nas mais variadas culturas e povos.

Nesta perspectiva busca-se levantar discussões, privilegiando os saberes e as necessidades do campo, embasadas na conjuntura de troca de saberes, com o intuito de avançar coletivamente na construção de conhecimentos que ajudem a discutir a realidade e as práticas das Escolas Multisseriadas e propor atividades de intervenção nas escolas de atuação dos professores.

No princípio, dificuldades surgidas a partir de alguns municípios, que não garantiram transporte para os cursistas, coisa que haviam acordado, e algumas falhas institucionais que fizeram a própria universidade não cumprir a contento algumas responsabilidades, no caso, o lanche, que foi assumido pela coordenação, e um lapso temporal significativo por parte da Secretaria de Educação na substituição do coordenador

estadual, geraram certo desencanto, mas à medida que o curso foi sendo trabalhado, íamos notando um maior interesse, engajamento e participação tanto no Tempo Universidade, quanto no Tempo Comunidade. Cada participante se engajou e percebemos que algumas mudanças precisam vir de nós, com os novos olhares, novas práticas pedagógicas, novas ações que provocassem a escola, estudantes e a comunidade a participar juntos. Tendo como referencial o chão que pisamos nos sítios e povoados espalhados em 06 municípios do Estado, no sentido de reforço da identidade campesina valorizando e trabalhando com elementos culturais próprios do local, percebendo o seu espaço geográfico, sua corporeidade, a territorialidade e identidade como instrumento de luta e afirmação e a partir daí, atualizar ou construir o Projeto Político Pedagógico das escolas valorizando e contemplando as especificidades e diversidades do campo não só no PPP, mas no currículo, na prática pedagógica.

Instituímos como elementos avaliativos do curso, um projeto de intervenção a ser aplicado em paralelo, somando ao Tempo Comunidade, e a construção ou reavaliação do Projeto Político Pedagógico das escolas. De acordo com inúmeros depoimentos, vindos principalmente dos tutores, os PPPs ganharam mais qualidade, a partir desse curso de aperfeiçoamento, pois nos municípios que já possuíam o entendimento renovado sobre a Educação do Campo e a questão legal, revelaram a possibilidade de revisão, colocando estes acréscimos. Nos municípios que ainda não possuem PPP, mas a disposição de construir, essa foi reforçada levando em conta as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo e leis correlatas. De acordo com os tutores que vivenciam essa realidade, há grande compensação em ter levado essas informações a partir do curso.

As atividades do tempo comunidade foram de suma importância para o desenvolvimento da educação do campo no projeto Escola da Terra, uma vez que, elas incentivaram a pesquisa em todos os eixos que compõem o projeto. As atividades foram planejadas a partir de um diagnóstico local de cada comunidade. Esse diagnóstico apontou através de uma linha do tempo os tipos de produção agrícola presentes na comunidade: a vegetação, a cultura, saberes e tradições culturais. Dessa maneira, centrados no diagnóstico, os professores começaram a organização do trabalho pedagógico focado na real necessidade de cada comunidade potencializando um trabalho que antes era feito de forma isolada.

De acordo com Givaldo da Silva Pereira, um dos tutores com atuação destacada neste trabalho, no município de São José da Laje 10 comunidades participaram do projeto Escola da terra. Durante o curso, foram desenvolvidas várias atividades em cada

comunidade, no entanto, destaco desse trabalho, atividades que foram organizadas a partir de três dos seis eixos: eixo 2. Linguagens e práticas de letramento na educação do campo; eixo 4. Agricultura familiar, relacionamento sustentável e economia solidária; eixo 6. Práxis de educação lógico-matemática para o trabalho e a vida no campo.

Para desenvolver cada tema os professores elaboraram sequências didáticas que contemplaram tarefas para ser realizada na comunidade, em casa com a participação da família e na sala com a mediação do professor.

No primeiro, eixo 02, Linguagens e práticas de letramento na educação do campo, o projeto proporcionou atividades onde se puderam observar as variações linguísticas das falas dos alunos, dos pais e de cada comunidade dos Sítios Boa Vista, Sítio Patos, Bananeira e Usina Serra Grande.

Um quadro foi elaborado com as palavras pesquisadas e os alunos puderam expor o que tinham observado na sua comunidade. A partir dessas observações foram realizados pesquisas para saber a etimologia de cada palavra e os professores fizeram o contra ponto entre a fala da comunidade e sua variante, a norma padrão. Aproveitaram ainda para falar de preconceito linguístico e da importância de respeitar a autenticidade de cada comunidade.

No segundo, eixo 04 as atividades foram realizadas no assentamento Caldeirões e Fazenda Valparaíso. Nessas comunidades o projeto de sustentabilidade e economias solidárias ganhou uma importância enorme. As atividades giraram em torno dos produtos que podem ser reciclados como: garrafas pets, CDs, bandeja de isopor, tampa de garrafa, entre outros.

Assim como o projeto já elencado anteriormente teve cunho interdisciplinar e destacou-se a importância da reciclagem do lixo no âmbito escolar e social, bem como os benefícios que este procedimento trás para a comunidade.

Depois do trabalho de conscientização a comunidade passou a fazer parte das atividades do projeto e ajudou na confecção de diversos brinquedos e assentos com pufes. Os brinquedos confeccionados foram vendidos para arrecadações de recursos financeiros para festa de final de ano letivo da escola e objetivo de conscientizar os educandos sobre a importância de um desenvolvimento sustentável, reaproveitando o que é descartado na natureza para melhores condições de vida e preservação do meio ambiente e assim, promover um equilíbrio entre homem e natureza foi alcançado.

Por fim, eixo 06, a matemática entrou no contexto familiar e na educação alimentar das famílias no Povoado Caruru, Fazenda Santa Fé e Sítio Granjeiro. A pesquisa envolveu

lista de compras de cada família, levantamento dos preços dos produtos, o consumo da família no café da manhã, nos lanches, no almoço e no jantar.

Após, foi feito o cálculo dos gastos por refeição e a partir dele o gasto semanal. Dessa maneira cada aluno pode verificar o valor das despesas semanal de sua família e fazer a média aritmética dos gastos por dia de sua família bem como a média individual.

Esse trabalho sistematizado envolveu o uso do sistema de numeração decimal, as quatro operações e também o tratamento da informação com tabelas e gráficos, listas de compras. Importante destacar que todas as atividades foram trabalhadas de forma interdisciplinar, e o empenho dos alunos em cada tarefa chamou a atenção pelo fato deles passarem a participar das questões que até então eram tratadas apenas por seus pais, iniciando assim, uma preocupação com a educação financeira da família. Cada atividade do Tempo Comunidade foi trabalhada de forma prazerosa resultando numa aprendizagem significativa.

Além dos desafios encontrados no campo, a contemporaneidade mantém inúmeras marcas da construção social e reprodução da representatividade dos povos do campo vinculada ao trabalho braçal e ao analfabetismo. Em Alagoas a sobrevivência dos povos sempre esteve na estrutura de ampliação do agronegócio, que gerou imensa vala social e cultural, com caracterização de classe e raça, mantendo o índice de analfabetismo acima da média brasileira, com raras oscilações." A raça, bem como a classe e o sexo são também estruturas de opressão" (MCLAREN,1997,p.31).

O mesmo autor salienta que a construção do Brasil imperial impôs aos povos do campo o valor da mão de obra bruta, voltada ao cultivo e a colheita, em regime, de trabalho baseados na força física, e, assim mantidos, sem acesso aos saberes formais de caráter escolar. No nordeste brasileiro essa relação foi estendida em paralelo com a dominação política. Os trabalhadores do campo mantiveram a monocultura da cana de açúcar ao preço do analfabetismo e outras mazelas sociais e culturais. "Exploração [...] é uma forma de dominação na qual, a mão de obra das classes trabalhadoras é usada para beneficiar os ricos, reproduzindo e causando a divisão em classes e as relações de desigualdade" (MCLAREN, 1997, p. 31).

Em Alagoas ainda existe um legado histórico-social de exploração, e da marginalização dos grupos desfavorecidos, nesta perspectiva a Escola do Campo, surge para visibilizar a identidade, a cultura de povos e a sua relação com a terra, para isso promove práticas educativas que enaltecem e fortalece o sujeito do campo.

Nesse direcionamento nosso trabalho foi conduzido, os docentes da Escola do Campo do Estado Alagoas, representam a força e o empoderamento pelo acesso ao conhecimento histórico e identitários dos sujeitos.

Conclusão

Analisando esses pressupostos, a formação de professores da Escola da Terra de Alagoas, surge como parte construtiva e fundamental para a formação humana, social e cultural. No âmbito da Universidade, reforça o sentido social, possibilitando momentos educativos que visam desenvolver atividades teóricas e práticas, nas quais desenvolve o senso criativo, educacional e crítico, autonomizando o docente na sua práxis, transformando não só o espaço escolar, mas desenvolvendo o estudante campestre na sua construção como sujeito de si e de suas ações, possibilita materializar o aprendizado para a sociabilidade de crianças e adolescentes.

Para o coordenador estadual, Valdeck Gomes, foi perceptível também o entrosamento, a socialização, o coletivismo dos tutores e cursistas dos municípios numa troca mútua de experiências, num compartilhar diário de saberes, na mobilização, no sentido de que não há competição entre os municípios e sim fortalecimento de todos para uma vida melhor.

Ressaltamos que essas mudanças positivas nas comunidades e escolas contempladas com a benfazeja ação, mudou a mentalidade, comportamento, a forma de lidar com elementos da terra a partir da escola para a comunidade, da pedagogia para a vida prática, do indivíduo para o coletivo.

Por tudo isso, defendemos a manutenção da ação Escola da Terra em Alagoas, vislumbrando sua ampliação em atender demais municípios para que possa multiplicar e fortalecer ações positivas em tantos outros indivíduos, em tantas outras escolas e municípios em Alagoas, porque além de ser uma ação positiva, ela não se pauta na transmissão e assimilação de conhecimentos sistematizados e sim considerando o lugar dos sujeitos, seus saberes e suas práticas.

Referências

ALAGOAS, **Parecer Normativo nº 313/2014** CEB-CEE/AL, que regulamenta a Educação do Campo em Alagoas.
ANTUNES, M. I. ; HAGE, S. M. **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL, K. C; SANTOS, V. L.F.. O Cotidiano Escolar na Visão dos Professores da Educação do Campo na Região Leste do Estado de Mato Grosso do Sul: um estudo de caso. In: Revista de Extensão Popular, v. 14, n. 2, Universidade Federal de Uberlândia, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, 2015.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P. et al (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária (XXVI FORPROEX), Rio de Janeiro, 2009.

MOLINA, M. C; SÁ, L. Mo. **Escola do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, P. et al (Org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VENDRAMINI, C. R. **Escola e movimento social**: a experiência em curso no campo brasileiro. 1ex. São Paulo: Expressão Popular, 2011.